

# Prisioneiros da Injustiça: Como o Sistema de Detenção de Israel e a Estratégia de Sequestro do Hamas Sustentam um Ciclo de Sofrimento

O conflito duradouro entre israelenses e palestinos reflete-se tragicamente no ciclo de prisioneiros: o sistema de detenção arbitrária, tortura e desumanização de palestinos por Israel, e a tomada de reféns pelo Hamas em resposta. Ambas as práticas infligem sofrimentos incalculáveis. Os palestinos vivem sob a constante ameaça de desaparecerem em um sistema desprovido de devido processo legal, enquanto os israelenses lamentam seus entes queridos mantidos por grupos armados. O resultado é um ciclo perpétuo de trauma, raiva e radicalização.

Esse ciclo poderia ter sido interrompido — mais recentemente por meio de acordos negociados em outubro de 2023 que poderiam ter libertado prisioneiros de ambos os lados. Mas o governo de Israel, sob o comando do primeiro-ministro Benjamin Netanyahu e pressionado por elementos extremistas, optou pela escalada em vez da diplomacia, marginalizando negociadores-chave e prolongando a agonia. A recusa em acabar com o regime de detenção ilegal de Israel e a rejeição de canais diplomáticos consolidaram a espiral de dor.

## O Regime de Detenção de Israel: Injustiça Institucionalizada

Desde 1967, Israel utiliza a detenção administrativa e tribunais militares nos Territórios Palestinos Ocupados como ferramentas de controle. Esses mecanismos operam totalmente fora dos limites das normas legais internacionais. Os palestinos podem ser presos indefinidamente sem acusação ou julgamento, com base em evidências secretas, sem meios eficazes de apelação. Os tribunais militares, com uma taxa de condenação próxima de 99,7%, funcionam como instrumentos de coerção, não de justiça. Essas práticas violam diretamente a **Declaração Universal dos Direitos Humanos (Artigos 9 e 10)**, o **Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (Artigos 9 e 14)** e a **Quarta Convenção de Genebra (Artigos 64–66)**.

Tortura e abuso são sistemáticos. Numerosos relatórios de órgãos da ONU e organizações de direitos humanos documentaram o uso de espancamentos, posições de estresse, afogamento simulado, choques elétricos, humilhação sexual e estupro com objetos. Um relatório de 2015 catalogou pelo menos 60 casos de tortura sexualizada entre 2005 e 2012. Es-

ses atos violam tanto a **Convenção contra a Tortura (Artigos 1 e 16)** quanto o **Artigo 7 do ICCPR**, que proíbem a tortura em quaisquer circunstâncias.

Desde 7 de outubro de 2023, esses abusos aumentaram drasticamente. Até agosto de 2024, pelo menos 53 detentos palestinos morreram sob custódia, muitos com sinais de tortura. Crianças de apenas 14 anos foram submetidas a nudez forçada e tratamento degradante. Na prática, os palestinos mantidos em tais condições são privados não apenas da liberdade, mas também da humanidade. Dadas a natureza sistemática e a intenção de pressionar uma população civil, esses atos podem ser considerados como atendendo à definição de tomada de reféns sob a **Convenção Internacional contra a Tomada de Reféns de 1979**, que inclui a detenção de indivíduos sob ameaça de lesão ou morte para compelir uma ação de terceiros — neste caso, a sociedade palestina.

## Devastação Psicológica na Sociedade Palestina

O trauma causado pela detenção arbitrária ressoa muito além das paredes das prisões. As famílias vivem em constante medo de que seus entes queridos — especialmente crianças — sejam levados à noite, mantidos incomunicáveis e submetidos a tortura. Para muitos palestinos, a palavra “prisão” não implica devido processo legal — significa desaparecimento, violência e, potencialmente, morte. Até 2024, mais de 9.500 palestinos haviam sido detidos, alimentando terror e luto coletivos.

Esse sofrimento generalizado não gera passividade, mas resistência. Famílias e comunidades, desesperadas por respostas, muitas vezes recorrem às únicas entidades que prometem influência — grupos armados. Isso não é uma justificativa para a violência, mas um reconhecimento da realidade psicológica: quando seu filho é preso ilegalmente, torturado e há uma alta probabilidade de que você nunca o veja vivo novamente, o instinto de fazer *o que for necessário* para garantir seu retorno é profundamente humano. Essa necessidade psicológica, embora não seja uma defesa sob o direito internacional, é fundamental para entender a estratégia do Hamas.

## A Tomada de Reféns do Hamas: Ilegítima, mas Compreensível

Em 7 de outubro de 2023, o Hamas capturou 251 reféns israelenses, chocando o mundo. A ação foi ilegal e moralmente indefensável sob a **Convenção de Reféns de 1979**, que proíbe inequivocamente a captura de civis para forçar ações governamentais. No entanto, o Hamas não inventou essa tática do nada — ela tem precedentes históricos e lógica psicológica.

A troca de prisioneiros de Gilad Shalit em 2011, na qual mais de 1.000 palestinos foram libertados em troca de um único soldado israelense, reforçou a visão entre os palestinos de que apenas a tomada de reféns produz resultados. Com o sistema legal de Israel não oferecendo nenhum caminho para a justiça para os detentos, o Hamas utiliza reféns como moeda de troca — uma estratégia eticamente abominável, mas politicamente eficaz. Mais

uma vez, o ponto não é defender o ato, mas confrontar sua raiz: uma sociedade brutalizada a ponto de acreditar que diplomacia e legalidade não têm valor.

A equivalência moral e legal, portanto, não está nos métodos — tomada de reféns e detenção — mas em sua ilegalidade subjacente e efeito desumanizante. A detenção arbitrária de Israel e a tomada de reféns do Hamas constituem violações do direito internacional e ambas visam civis. Uma é sancionada pelo Estado, rotinizada e envolta em burocracia legal; a outra é espetacular e imediata. Mas ambas fazem parte do mesmo ciclo de coerção, trauma e desespero.

## **Sofrimento Compartilhado**

A dor do lado israelense é profunda. As famílias dos reféns suportam uma incerteza excruciante, incapazes de saber se seus entes queridos estão vivos, muito menos quando ou como retornarão. Sua dor espelha a das famílias palestinas que experimentam a mesma ausência, medo e impotência sob um nome diferente: “detenção administrativa”.

Esse sofrimento paralelo deveria ter criado espaço para empatia. Em vez disso, foi transformado em arma. Manifestantes em Israel que pedem um cessar-fogo e um acordo de reféns foram ignorados ou descartados. Famílias de reféns israelenses, incluindo figuras como Haim Rubinstein, acusaram publicamente o governo Netanyahu de sacrificar seus entes queridos por ganhos políticos.

## **Oportunidade Perdida e Falha de Política**

Havia um caminho para sair desse abismo. Em outubro de 2023, negociações nos bastidores lideradas por Gershon Baskin, com mediação do Qatar e contatos com o Hamas, ofereceram um quadro viável para uma libertação mútua. Mas o governo linha-dura de Netanyahu, dominado por ultranacionalistas como Itamar Ben-Gvir e Bezalel Smotrich, rejeitou essas propostas. Oren Setter, então um oficial-chave nas negociações de reféns, renunciou em protesto pela oportunidade perdida.

Isso não foi um erro tático — foi uma falha moral. Priorizar a escalada militar em vez de uma resolução humanitária não libertou nem israelenses nem palestinos. Aprofundou a dor, impulsionou mais radicalização e consolidou o uso de prisioneiros como instrumentos de guerra.

## **Quebrar o Ciclo**

Acabar com esse ciclo não começa com ataques aéreos ou resgates de reféns, mas com a desmontagem das estruturas que os tornaram necessários. Israel deve abolir seu sistema de detenção arbitrária e tribunais militares — práticas que destroem o estado de direito e geram retaliações violentas. Sem enfrentar essa injustiça central, qualquer cessar-fogo temporário ou troca apenas adiará o próximo ciclo de sequestros e derramamento de sangue.

A justiça não pode ser seletiva. Os mesmos princípios que condenam a tomada de reféns pelo Hamas também devem rejeitar a prisão extrajudicial e indefinida de civis por Israel. Até que ambas as formas de cativeiro sejam abolidas, ambos os povos permanecerão prisioneiros de um sistema que prospera no sofrimento mútuo.